



SEMINÁRIO
EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA:
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES NA AMAZÔNIA

7 e 8 de maio de 2026 – Porto Velho/RO

Evento híbrido | Gratuito

**O SAEB NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS
IMPLICAÇÕES NA AUTONOMIA DOCENTE**

Emanuelly Leticia das Mercês Silva¹

Maria de Fatima Matos de Souza²

GT indicado: Educação Integral e Territórios Educativos

Resumo: O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB se consolida como principal mecanismo de avaliação da Educação Básica brasileira, e sua obrigatoriedade nos sistemas de ensino tem gerado inúmeras repercussões nas escolas, dentre as quais, podem ser destacadas, a autonomia da prática docente, visto que o sistema representa princípios da avaliação externa possuindo características muito diferentes da avaliação realizada em sala de aula pelos professores. No contexto da Educação Integral, este cenário se complexifica devido esta concepção se fundamentar na formação plena dos indivíduos, buscando a formação em seus aspectos cognitivos, físicos, emocionais, éticos, estéticos, dentre outras dimensões humanas. Logo, os processos educativos, como a avaliação, necessitam se relacionar com tais dimensões, em que o ato de avaliar pressupõe ser processual e diversificado, para que assim, a realidade da escola, dos estudantes e dos professores sejam consideradas nesse processo. Desse modo, este estudo tem como objetivo principal: discutir teoricamente as implicações do SAEB na autonomia docente no contexto da Educação Integral. Evidencia-se, que o conjunto de avaliações promovidas pelo SAEB, tem desconsiderado o processo holístico da educação. Um grande exemplo disso, trata-se das provas aplicadas pelo sistema, que se

¹ Pedagoga. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA/EDUCANORTE – UFPA. Email: emamercês04@gmail.com

² Maria de Fatima Matos de Souza. Universidade Federal do Pará. Professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia – PGEDA/EDUCANORTE – UFPA. Email: fmatoz@gmail.com

direcionam única e exclusivamente para duas disciplinas do currículo escolar, Língua Portuguesa e Matemática, comprimindo e reduzindo a formação humana, bem como a avaliação dos processos educativos realizados pelos professores no contexto da Educação Integral, interferindo significativamente na autonomia docente.

Palavras-chave: Avaliação Externa. Autonomia Docente. Escola Básica. Educação Integral. SAEB.

INTRODUÇÃO

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, se constitui em um dos principais sistemas de avaliação do Brasil, se apresentando com o objetivo de realizar diagnósticos referentes à Educação Básica e a Escola Básica brasileira. O referido sistema se configura em uma avaliação externa em larga escala, sendo suas provas elaboradas por agentes externos às escolas, como o Ministério da Educação – MEC e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, ocorrendo sua aplicação, de forma padronizada. No que se refere aos conteúdos programáticos exigidos pelo SAEB, estes possuem foco nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, sendo as escolas obrigadas a se organizar para atender tais áreas do conhecimento.

Assim como o SAEB está inserido no âmbito da escola pública brasileira, em 2023, mediante a Lei nº 14.640 foi criado pelo governo federal o Programa Escola em Tempo Integral – PETI, buscando fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. O programa em destaque, traz como princípio a concepção de Educação Integral, fundamentada na formação em sua plenitude, considerando todas as dimensões humanas, sendo elas físicas, cognitivas, sociais, políticas, históricas, culturais, econômicas, dentre inúmeras particularidades que integram os indivíduos em sua existência.

Desse modo, as escolas de todas as regiões do país encontram-se em processo de implementação dos princípios da Educação Integral, em que os processos educativos neste contexto, necessitam se articular as dimensões que compreendem tal concepção de educação. Entretanto, no que se refere a avaliação escolar, este processo representa um grande desafio a classe docente, visto que as práticas avaliativas realizadas pelos

professores têm dividido espaço com o sistema do SAEB, que possui natureza oposta da avaliação realizada internamente a escola e no contexto da sala de aula.

Buscando compreender tal complexidade apresentada, este estudo tem como objetivo: Discutir teoricamente as implicações do SAEB na autonomia docente no contexto da Educação Integral.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa possui abordagem qualitativa, por ela possibilitar reflexões e discussões críticas acerca do tema. Godoy (1995, p.21) explica que na abordagem da pesquisa qualitativa, “[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada”.

Adotando tal concepção, utilizou-se a pesquisa bibliográfica para produzir este trabalho, devido este tipo de pesquisa garantir a abrangência das discussões e reflexões que se pretendeu realizar. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica se desenvolve mediante registros já disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores. O autor salienta que nesse tipo de pesquisa, utilizam-se dados ou categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores.

Diante disso, realizou-se uma pesquisa no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes (<https://www.periodicos-capes.gov.br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php>) acerca de produções que discutem o SAEB, a autonomia docente e a Avaliação Externa em larga escala no contexto da Educação Integral. Destacam-se as obras de: Fernandes e Freitas (2008, p.19), Coelho (2009) e Vianna (2005). Estes autores fundamentam o referencial teórico deste trabalho, bem como suas discussões e reflexões.

AVALIAÇÃO DO SAEB, AVALIAÇÃO DO PROFESSOR E A FORMAÇÃO INTEGRAL

Criado na década de 1990, o SAEB é um sistema avaliativo de natureza sistêmica utilizado para avaliar a qualidade da Educação Básica mediante o rendimento dos

estudantes em seus testes/provas padronizadas. As ações promovidas pelo Banco Mundial tiveram implicações direta na dinâmica de sua criação e dos sistemas educacionais do país, principalmente no que diz respeito à política de avaliação que começou a ser implementada naquele período em diante, considerada por muitos estudiosos (Pereira, 2007; Santiago, 2012; Esquinsani, 2019) como avaliações de cunho neoliberal e mecanicista, em que a escola e seu princípio educativo se limita em formar somente para o mercado de trabalho, se desvinculando por completo de uma concepção educacional formativa integral.

Fernandes e Freitas (2008, p.19) explicam que a política de avaliar na educação passou a ser representada por situações classificatórias porque, “Nossa cultura meritocrática naturaliza o uso das notas a fim de classificar os melhores e os piores avaliados” construindo e promovendo uma dinâmica que desconsidera a realidade escolar e as especificidades de seus estudantes, tendo consequências significativas.

Dentre tais consequências, pode ser destacada a perda de autonomia da prática docente, que diante de tal contexto, passou a ser relegada ao rendimento dos estudantes e aos indicadores educacionais quantitativos obtidos a partir da aplicação de provas do SAEB. Pelo fato de as escolas serem obrigadas a participar das edições do sistema, a organização da prática pedagógica passou a ser pensada e realizada conforme os princípios avaliativos norteadores deste.

Conforme Menegão (2016), professores e estudantes estão imersos neste contexto das avaliações externas. A autora explica que,

[...] os professores admitem que estejam colocando em desenvolvimento um currículo modelado na conformação com as matrizes de referências da avaliação externa, e pontuam que o trabalho em sala focaliza, com mais ênfase, as disciplinas e os conteúdos escolares requeridos nos testes padronizados. A justificativa é óbvia: é por esses conteúdos e essas disciplinas e não outras, que são pressionados, cobrados e responsabilizados. (Menegão, 2016, p.647).

No contexto da Educação Integral tal fato se complexifica ainda mais, visto que por conceber princípios formativos abrangentes e diversificados, tal concepção de educação se difere por completo dos princípios estabelecidos pelo SAEB. No caso da prática docente, por exemplo, esta necessita ser autônoma e articulada à realidade das escolas e dos estudantes, da mesma forma que a avaliação realizada necessita ser

processual e formativa, visando atender critérios que contemplem a formação integral humana.

Coelho (2009), salienta que a Educação Integral representa uma intencionalidade com o objetivo de formar o sujeito buscando desenvolvê-lo em suas várias dimensões: cognitiva, social, física, afetiva, cultural, estética e ético-política. Logo, os processos educativos, como a avaliação escolar, necessitam ser pensados e materializados na prática considerando tais dimensões. A avaliação não pode existir de maneira isolada, mas sim relacionada ao funcionamento e ao contexto social e histórico das instituições educativas, do trabalho docente, da realidade dos estudantes, contemplando assim, uma política de transformação em vista de a Educação Integral estar relacionada a todos estes aspectos.

Vianna (2005, p. 17) afirma que os resultados das avaliações não devem ser usados única e exclusivamente para traduzir certos desempenhos escolares. O seu uso implica em servir de forma positiva na definição de novas políticas públicas, de projetos de implantação e modificação de currículos, de programas de formação continuada dos docentes [...]. Assim, a autonomia da prática docente no contexto da Educação Integral necessita estar para além das avaliações externas do SAEB, articulando-se pedagogicamente com a realidade das escolas e de seus estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que o SAEB já sofreu inúmeras mudanças desde sua criação, ao passo que gerou e ainda gera discussões acerca da concepção e metodologia de avaliação que opera suas práticas avaliativas e as implicações que essas, possuem dentro das escolas e no trabalho docente, principalmente em um contexto de implementação de políticas de Educação Integral na Educação Básica brasileira, sendo tais práticas, consideradas por muitos, como mercadológicas e tecnicistas.

Assim, o conjunto de avaliações promovidas pelo sistema, até então, se relaciona a princípios que desconsideram o processo holístico da educação. Um grande exemplo disso, trata-se das provas padronizadas aplicadas pelo sistema, que se direcionam única e exclusivamente para duas disciplinas do currículo escolar, Língua Portuguesa e

Matemática, comprimindo e reduzindo a formação humana, bem como a autonomia docente na realização da avaliação dos processos educativos no contexto da Educação Integral.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. **Institui o Programa Escola em Tempo Integral**; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.640-de-31-de-julho-de-2023-499879153>. Acesso em: 28 abr. 2026.

BRASIL. **Sistema de Avaliação da Educação Básica** (Saeb — Inep (www.gov.br)). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED (<https://www.anped.org.br/>).

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. **História(s) da Educação Integral**. Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83–96, abr. 2009.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira.; FREITAS, Luiz Carlos de Freitas. **Indagações sobre currículo**: currículo e avaliação. Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. v. 35, n.3. São Paulo, 1995. p.20-29.

MENEGÃO, Rita de Cássia Silva Godoi. **Os impactos da avaliação em larga escala nos currículos escolares**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, p. 641-656, v. 11, n. 3, set./dez. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. rev e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro, 2005.